

## Tendências socioeleitorais na Bolívia do caudilhismo

FERNANDO MOLINA

A decisão do Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia de autorizar a reeleição irrestrita do presidente e dos demais cargos eletivos marca um ponto de inflexão em um país tradicionalmente refratário à «perpetuação no poder». Além disso, essa possibilidade havia sido rejeitada no referendo realizado em fevereiro de 2016. Diante do novo cenário, a maior parte da oposição passou a denunciar a «ditadura» e até mesmo o «totalitarismo» do governo, exageros que podem representar um sério erro de leitura no futuro próximo. Embora menos popular que antes, Evo Morales continua sendo uma figura política com raiz social e eleitoral, e os espaços para a ação política seguem abertos.

**E**m 28 de novembro de 2017, o Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia decidiu favoravelmente a um recurso apresentado por um grupo de legisladores do Movimento para o Socialismo (MAS) para declarar improcedentes as restrições constitucionais à reeleição das autoridades bolivianas, o que habilita Evo Morales a se recandidatar indefinidamente ao cargo de presidente. Esse fato representou uma inflexão histórica por

vários motivos: pela primeira vez na história boliviana, foi autorizada a reeleição irrestrita, contrariando uma tradição jurídica muito antiga no país; pela primeira vez, utilizou-se o Tribunal Constitucional (criado recentemente, em 1999) para alterar um aspecto da Constituição, o que os juristas de oposição consideram uma «aberração», já que o tribunal, por sua natureza, deveria se limitar a tornar as leis compatíveis com a Constituição;

---

**Fernando Molina:** é jornalista e escritor. Produziu diversos ensaios, obras históricas e políticas sobre a Bolívia. Duas de suas mais recentes publicações são *La izquierda boliviana frente a la revolución y la democracia. Del marxismo nacional al MAS* (Libro Nómadas, Cochabamba, 2016) e *La idea aristocrática y la idea liberal. Estudio de la élite política boliviana del siglo XIX* (Libro Nómadas, Cochabamba, 2017).

**Palavras-chave:** caudilhismo, democracia, oposição, socialismo, Evo Morales, Bolívia.

**Nota:** a versão original deste artigo em espanhol foi publicada em *Nueva Sociedad* Nº 273, 1-2/2018, disponível em <[www.nuso.org](http://www.nuso.org)>. Tradução de Luiz Barucke.

e, finalmente, pela primeira vez, o MAS recorreu ao poder das instituições estatais contra as expressões de massas em que havia confiado prioritariamente durante sua existência. Na verdade, a manobra realizada pelos governistas para habilitar seu candidato contradiz diretamente o resultado do referendo constitucional realizado em 21 de fevereiro de 2016, quando 51% dos eleitores recusaram a reforma da Carta Magna aprovada em 2009 que revogava as limitações à reeleição de Morales, as mesmas limitações que agora o Tribunal Constitucional aboliu mediante uma «interpretação» do texto constitucional.

Costumava-se dizer que a democracia boliviana era «plebiscitária», uma vez que apelava diretamente aos eleitores para dirimir as disputas de poder<sup>1</sup>, e assim foi até que o MAS perdeu a maioria, pelo menos no tocante à questão – fundamental para o partido – da reeleição, que nas pesquisas é rejeitada por mais de 60% da população<sup>2</sup>. Por essa razão, Morales não pensou em organizar um novo referendo para «emendar» os resultados adversos de 2016, preferindo recorrer a um expediente mais seguro, embora muito menos legítimo: a consulta na etapa final de seu mandato a alguns magistrados escolhidos, entre outras motivações, pela proximidade que têm com o partido governante. Perante esses juízes, o MAS argumentou que o direito de um cidadão a eleger ou ser eleito, consagrado pela Convenção Americana

sobre Direitos Humanos (também conhecida como Pacto de San José de Costa Rica), não pode ser prejudicado pelas restrições estabelecidas pela Constituição a que, em seu momento, os governistas não se opuseram, argumento que foi aceito pelo tribunal.

Posteriormente, Katia Uriona, presidenta do Supremo Tribunal Eleitoral, apresentou certas dúvidas sobre a saída preparada pelo governo, mas o fato é que ninguém possui força institucional ou política suficiente para impedir que Morales seja candidato nas eleições de 2019. A oposição tradicional, isto é, a realizada pelos partidos políticos, limitou-se a condenar a evolução dos acontecimentos nos tons mais fortes possíveis. Um fenômeno mais novo e interessante foi a eclosão de protestos nas ruas, protagonizados especialmente por jovens de classe média de Santa Cruz, a região mais rica e menos esquerdista do país. Um dos objetivos dessas ações não muito numerosas (com várias centenas de participantes), mas fervorosas, foi pressionar à ação os dirigentes tradicionais da região – chamados dirigentes «cívicos» –, deixando a passividade diante do governo que os caracteriza desde que, no período 2008-2009, Morales se impôs contra a

---

1. Simón Pachano: «Democracias plebiscitárias» em *El Universo*, 25/11/2011.

2. Segundo uma pesquisa do instituto Ipsos (24/10/2017), nas capitais de departamentos, a rejeição a uma nova candidatura de Morales chega a 68%, mas esse percentual é inferior quando a pesquisa aborda áreas rurais.

resistência das classes dominantes e dos setores políticos afastados pela revolução política que ele conduzia. Desde então, os líderes de Santa Cruz têm demonstrado um perfil pouco agressivo, condicionado pelo acordo a que os empresários da região chegaram com o governo pouco depois e que garantiu a abstenção política dos primeiros em troca da colaboração econômica do segundo<sup>3</sup>.

Os protestos foram interrompidos pelas festas de fim de ano e por um conflito setorial entre o governo e os médicos, mas sua espontaneidade mostrou que o mal-estar das classes médias, principais adversárias do domínio de Morales, havia chegado a um ponto em que superava o «intelectualismo» que normalmente as caracteriza, ainda que, como «força física» de mobilização, continuassem sendo muito inferiores à dos camponeses e setores populares de «classe baixa» – para utilizar a estratificação empregada pelas estatísticas eleitorais –, que continuam apoiando o MAS em grande medida e que o partido pode convocar às ruas rapidamente e com grande eficácia.

Portanto, não há força política suficiente para impedir que a manobra governista da reeleição seja levada adiante, pelo menos nas condições atuais, que são de estabilidade social e crescimento econômico moderado. Por esse motivo, a proclamação de Evo Morales como candidato, realizada em Cochabamba no dia 16 de dezembro passado

diante de uma multidão de dezenas de milhares de apoiadores, iniciou uma campanha eleitoral na qual a oposição precisará entrar, apesar dos «poréns» estratégicos e ideológicos que ela possa apresentar a uma participação que terminaria por dar aval a essa alteração constitucional.

Os políticos bolivianos têm discutido a caracterização do governo de Morales desde seu início. No princípio, a confusão era maior, induzida por críticas como a de Gabriel Dabdoub, o principal líder empresarial durante o primeiro período do MAS (2006-2009), que lamentou a antiquada e perigosa ideologia «socialista» dos apoiadores de Morales quando eles se opunham à liberdade de comércio<sup>4</sup>. Contribuíram para a incerteza dos observadores as afirmações contraditórias de Morales e do vice-presidente Álvaro García Linera sobre o objetivo do processo que conduziam. Em 2006, Morales desautorizou uma das primeiras definições realizadas pelo vice-presidente como teórico do processo, o qual defendeu que, ainda que o socialismo constituísse o norte da revolução, em uma primeira etapa, ela buscaria a construção do «capitalismo andino-amazônico», uma plataforma nacionalista que possibilitaria transformações posteriores e mais

3. Gustavo Pedraza: «Los cambios políticos que reconfiguraron Santa Cruz» em *Página 7*, 23/7/2017.

4. ANF: «IBCE: Caudillos socialistas desplazados evitan tratar ingreso al TLC», 24/3/2005.

avançadas<sup>5</sup>. É provável que essa nomenclatura incomodasse Morales pela tradição «anticapitalista» do MAS e de sua própria, mas, sem dúvida, era a que melhor representava o que o governo pretendia fazer.

Capitalismo nacional sim, mas «de Estado», pois se basearia na nacionalização do setor de gás, o principal do país, e de várias importantes empresas que eram estatais antes de serem privatizadas na década de 1990. Na verdade, tratava-se, como mencionamos naquele momento<sup>6</sup>, de um retorno ao modelo econômico e ao método polarizador de fazer política inventados pelos movimentos nacional-populares latino-americanos, concretamente, o «nacionalismo revolucionário» que havia eclodido no final dos anos 1930 e imperado no país até 1985. Como já dissemos, entre 2006 e 2008, esse projeto sofreu a resistência das classes dominantes, que apoiavam a antiga e afastada elite política neoliberal. Mas em 2008, o MAS finalmente se impôs e, no ano seguinte, fechou um acordo com o empresariado, particularmente de Santa Cruz, que lhe concedeu a completa governabilidade do país.

Em 22 de janeiro de 2010, foi realizada a cerimônia de início do segundo governo do MAS e, em outra saída bem desconcertante, García Linera declarou que o «horizonte» da revolução boliviana era «o socialismo». Diante dessa declaração, o já mencionado Dabdoub, que então já havia se

tornado aliado do governo, declarou que o setor que representava não temia o socialismo governamental, pois «o empresário não tem ideologia (...) Já que (...) o socialismo que nos propõem (...) reconhece a propriedade privada [e] facilita a geração de emprego»<sup>7</sup>. Ao final, a ideologia oficial se estabeleceu em uma orientação sintetizada por duas fórmulas: a «economia plural» ou a coexistência da grande propriedade com os empreendimentos populares e as formas produtivas coletivistas existentes no campo; e o «socialismo comunitário», que, com seu apelo a um crescimento mais harmonioso e igualitário, tem mais valor ético e retórico do que econômico.

O contraste entre, por um lado, as teorias revolucionárias sobre a democracia de García Linera e do grupo Comuna (1998-2005) e, por outro, a prática representativa que o MAS realizava desde sua fundação na década de 1990 deu origem também a debates sobre a qualidade da adesão do partido à democracia<sup>8</sup>. E, finalmente, a

5. A. García Linera: «El 'capitalismo andino-amazónico'» em *Le Monde diplomatique*, edição chilena, 1/2006.

6. F. Molina: *Evo Morales y el retorno de la izquierda nacionalista. Trayectoria de las ideologías antiliberales a través de la historia contemporánea de Bolivia*, Eureka, La Paz, 2006. V. tb. Pablo Stefanoni e Hervé Do Alto: *La revolución de Evo Morales. De la coca al Palacio*, Capital Intelectual, Buenos Aires, 2007.

7. «Patronal boliviana no teme al socialismo planteado por Gobierno de Morales» em *Hoy Bolivia.com*, 1/2/2010.

8. F. Molina: *Conversión sin fe. El MAS y la democracia*, Eureka, La Paz, 2007.

ideologia oficial nesse campo se estabilizou com a aprovação, em 2009, de uma Constituição com elementos liberais, «aliberais» e inovações «pós-liberais» que, embora complementasse a democracia representativa com direitos e formas de organização coletivas, a mantinha como espinha dorsal do sistema político.

Desde o princípio, a oposição liberal atribuiu ao governo uma condição «autoritária», já que ele utilizava sua maioria de mais de dois terços na Assembleia Legislativa e seus grandes números eleitorais para se desviar das salvaguardas até então consideradas imprescindíveis para a preservação do pluralismo, tais como processar judicialmente líderes opositores o menos possível, não assediar a imprensa privada, não monopolizar a comunicação pública, não utilizar escancaradamente os recursos estatais nas campanhas oficiais, não ocultar nem deturpar as informações estatais, etc. A suposição de que a poliarquia boliviana não era pluralista<sup>9</sup> respondia então, particularmente, à tendência do MAS de redigir ou interpretar as leis de modo que favorecesse seu próprio poder. Por exemplo, o governo impôs normas eleitorais que dão mais peso ao voto rural que ao urbano, algo que lhe convinha; pela mesma razão, proibiu-se o financiamento estatal aos partidos; foram impostos obstáculos legais à crítica aos candidatos oficiais no período de campanha eleitoral, entre outras medidas. Ao mesmo

tempo, os meios de comunicação críticos ao governo perderam a publicidade oficial, que passou a favorecer majoritariamente os veículos que demonstrassem desejo de se aproximar do governo.

Intelectuais vinculados ao governo defenderam essas e outras medidas como próprias de uma democracia mais substantiva que procedimental; uma democracia com projeto que, olhando-se no espelho do jacobinismo, deixava de lado as limitações legais formalistas (Estado de direito) e liberava sua genuína força motriz: a conquista da igualdade socioeconômica. Segundo essa visão, o importante não é o cumprimento das regras, mas que tenham acesso ao cenário público e ao processo decisório sobre o destino coletivo massas indígenas e trabalhadoras que, até então, haviam sido simples «buchas de canhão eleitoral» dos partidos oligárquicos.

«A democracia não reside em seguir alguns procedimentos estabelecidos, mas sim, precisamente, porque quaisquer que sejam esse procedimentos (...) há pessoas e coletividades que agora buscam participar da direção desses procedimentos, buscam assumir a responsabilidade pela produção de direção da sociedade, modificando as normas e os procedimentos da

---

9. Robert Dahl: *La democracia y sus críticos*, Paidós, Barcelona, 1992. [Há uma edição em português: *A democracia e seus críticos*, WMF Martins Fontes, São Paulo, 2012].

prática política legítima.» Portanto, os «procedimentos e instituições [democráticas] são meio transitórios, simples efeitos revogáveis do fato democrático». Sendo assim,

As normas, regras, instituições, saberes e legitimidades que regulam a vida política de uma sociedade democrática são circunstanciais, cristalizações provisórias da estrutura de resolução do desacordo anterior que precisarão abrir espaço para uma nova estrutura de poderes resultante dos novos desacordos que dão início à ação democrática de uma sociedade. A democracia não é a ausência de regras, mas a contingência necessária dessas regras e o consenso acordado dessa contingência (...).<sup>10</sup>

Embora o apelo à épica da participação democrática tenha se reduzido com o passar do tempo, à medida que os movimentos sociais que se rebelaram em 2003 e 2005 foram se retirando da cena política e deixando a gestão da transformação exclusivamente nas mãos do Estado<sup>11</sup>, nunca até agora a hegemonia política havia deixado de se legitimar com uma maioria eleitoral incontestável. Por exemplo, a última vez que o mandato de Morales foi colocado à prova nas urnas, nas eleições de 12 de outubro de 2014, recebeu um respaldo de 62% dos votos e obteve uma maioria legislativa de mais de dois terços. Contudo, o referendo de 2016 acabou com a possibilidade de o MAS apelar para o poder majoritário. Com sua decisão de recorrer ao Tribunal Constitucional para «reverter» a vontade da maioria (por mais estreita que fosse essa maioria<sup>12</sup>), o partido

impôs sua hegemonia de uma maneira legal, porém ilegítima.

Como isso afetou a crítica da oposição liberal ao «autoritarismo» do regime boliviano? Como é lógico, tem havido uma percepção geral de «ruptura» do consenso político que nas décadas de 1980 e 1990 havia dado fundamento ao período democrático mais prolongado da história da Bolívia e que consistia sobretudo em uma certa resignação democrática dos atores políticos que permitia a alternância no poder. Em um tuíte, o dirigente opositor Samuel Doria Medina comparou a decisão do tribunal com um «golpe de Estado», enfoque posteriormente repetido por outros, e alguns líderes da oposição, sendo o mais incisivo deles o direitista Jorge Quiroga, passaram a considerar o governo boliviano uma «tirania totalitária». O ex-presidente e historiador Carlos Mesa escreveu que Morales entrou pela trilha do «totalitarismo, baseado não no império da lei, mas no império do poder total»<sup>13</sup>. E analistas internacionais conservadores como Álvaro Vargas Llosa também consideraram Evo «ditatorial»<sup>14</sup>.

10. A. García Linera: *Democracia, Estado, Nación*, Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia, La Paz, 2013.

11. A. García Linera: «Las clases altas no tragan que gobierne un indígena», entrevista com F. Molina em *El País*, 16/11/2016.

12. O «Não» obteve 51,3%, contra 48,7% do «Sim».

13. C. Mesa: «Gases, canicas y descomposición» em blog pessoal, <<https://carlosdmesa.com/2017/12/25/gases-canicas-y-descomposicion/>>, 24/12/2017.

14. A. Vargas Llosa: «El derecho a ser dictador» em *La Tercera*, 3/12/2017.

Na medida em que não sejam somente uma expressão de irritação pelo que ocorreu, essas categorias podem levar os estrategistas da oposição a um beco sem saída. Por exemplo, Ricardo Paz, um dos estrategistas bolivianos de campanhas eleitorais, instou a oposição a não participar da campanha eleitoral provocada pelo MAS (com o objetivo de «passar a página») e se concentrar em organizar manifestações pacíficas que levem Morales a desistir de ser candidato em 2019<sup>15</sup>, um propósito que hoje parece muito superior às forças com que conta a oposição. De maneira geral, podemos dizer que as definições extremistas podem dar à oposição boliviana uma orientação maximalista semelhante à que a oposição venezuelana vem assumindo em diferentes momentos de sua luta contra o chavismo e que a tem levado repetidamente ao fracasso.

Os partidos de Doria Medina e do governador de Santa Cruz, Rubén Costas, que até agora haviam se inclinado ao centro político com diferentes matizes, parecem hesitar ao se verem diante de um reiterado argumento dos radicais que pode ser formulado da seguinte forma: «Agora que os governistas distorceram a justiça e ignoraram os resultados do referendo, o que nos garante que eles respeitarão os resultados da eleição de 2019, que não realizarão fraude ou não inventarão alguma armadilha para não reconhecerem sua (hipotética) derrota?». Se for mantido até o fim, esse argumento

poderia retirar os atores políticos do cenário eleitoral e levá-los a adotar métodos extraparlamentares.

No entanto, a oposição deverá chegar a essa ponte antes de atravessá-la. Que o regime político tenha deixado de ser «democrático» no sentido das definições minimalistas de democracia<sup>16</sup> – segundo as quais um requisito fundamental é a possibilidade de quem ocupa o governo perder as eleições – é algo que ainda não se comprovou e que somente será visto em 2019 (embora se admitam dúvidas razoáveis, dada a atual composição do Tribunal Eleitoral).

Além disso, o fato de um regime não ser democrático segundo as definições mencionadas não o torna automaticamente ditatorial e muito menos totalitário, pelo menos se empregarmos essas definições da forma como são concebidas habitualmente pela ciência política. Com as limitações já observadas, a Bolívia continua gozando das liberdades civis e políticas que diferenciam uma democracia de uma ditadura, como mostra o fato de as acusações da oposição contra um governo «ditatorial» serem anunciadas dentro do país, pelos meios de comunicação de massa, etc., e que não se tenha conhecimento de sérias represálias contra os manifestantes espontâneos que mencionamos. Mas não

15. R. Paz: «¿Qué hacer?» em *Página 7*, 13/12/2017.

16. Guillermo O'Donnell: *Disonancias. Críticas democráticas*, Prometeo, Buenos Aires, 2007.

resta dúvida de que já não existe na Bolívia a «democracia plebeia» instaurada pelo «governo dos movimentos sociais», como é demonstrado por tantas evidências, entre elas, que esse lema tenha deixado de ser utilizado pelos porta-vozes do governo ultimamente. Em lugar da democracia igualitarista do passado, instaurou-se, como «retorno» de um fenômeno muito antigo, o que podemos chamar de «caudilhismo», que subordina o conjunto da institucionalidade e a prática política democráticas ao poder e à vontade de um líder carismático. O caudilhismo volta ao governo aristocrático onde nunca houve outra aristocracia além daquela que sai vitoriosa na luta política diária.

O mais provável é que, nos próximos dois anos, as forças desencadeadas em torno do aspecto «eleitoral» acabem arrastando a oposição e, com ela, todo o país. Durante esse período, a oposição deverá resolver questões fundamentais, como a definição (ou não) de um candidato único e a substituição de Mesa – que possui a melhor pontuação nas pesquisas, mas que se recusou a se candidatar – como trunfo contra o evismo. Nesse caminho, uma má caracterização do governo pode terminar sendo um obstáculo. Ao exagerar em sua caracterização de um governo autoritário, a oposição poderia demonstrar ser incapaz de distinguir as fontes de legitimidade com que o MAS ainda conta e se sentir tentada a propor a luta em um terreno

aparentemente mais realista, que seria o da mobilização e da denúncia da «ditadura» perante o público estrangeiro, em vez de se dedicar a um acúmulo de capital político em todos os cenários possíveis, processo que tem se revelado complexo e muito demorado, o que a desanima e exaspera.

### ■ Tendências socioeleitorais

Em 3 de dezembro, imediatamente após a decisão que habilitou Morales a tentar sua quarta reeleição em 2019, foram realizadas as eleições judiciais. Desde 2011, os altos magistrados são eleitos por voto popular na Bolívia, um método que não tem funcionado até este momento. No último pleito, mais da metade dos eleitores expressou rejeição ao governo e suas medidas anulando seu voto, como havia pedido a oposição. O voto nulo foi maioria esmagadora nos bairros urbanos de mais alta renda e se reduzia à medida que os bairros se tornavam mais populares ou a contagem chegava às áreas rurais. Ele também foi mais forte em Santa Cruz de la Sierra (cerca de 67%) que no restante das cidades, e menor em El Alto, onde representou aproximadamente 47%. O inverso ocorreu com o voto válido (ou seja, a favor de algum dos candidatos da disputa, sem importar qual deles), cuja média esteve em cerca de 35% e acabou beneficiando o MAS. A apuração final ratificou quase com exatidão o resultado do referendo constitucional de 2016 quanto à rejeição a Evo (o

voto pelo «Não»). A rejeição foi mais intensa em Santa Cruz que no restante do país e mais forte nos setores de mais alta renda que populares.

Para estudar a composição de um determinado resultado eleitoral, o método mais preciso é o da estudo sistemático do resultado das eleições (*polling autopsy*), que infelizmente não é muito praticado na Bolívia. No entanto, excepcionalmente em 2016, o Supremo Tribunal Eleitoral realizou uma dessas pesquisas depois do referendo constitucional e chegou, entre outras, à seguinte conclusão, que é fundamental para a análise sociológica do processo político-eleitoral boliviano: quanto mais jovens são e mais renda possuem os eleitores, mais eles tendem ao «Não», isto é, a rejeitar Evo. Por sua vez, quanto mais velhos e menos renda possuem, mais votam «Sim», ou seja, mais apoiam Morales.

Essa conclusão foi confirmada nas eleições judiciais de 3 de dezembro passado, pelo menos na variável que podemos observar, que é a socioeconômica. Quanto mais elevada a renda dos eleitores, mais eles tendem a ter uma visão negativa sobre o governo, e vice-versa. É por essa razão que em alguns recintos eleitorais de La Paz – por exemplo, no do Colegio Franco Boliviano localizado no bairro de Achumani, um dos mais ricos da cidade – cerca de 85% dos votos foram nulos. As eleições judiciais também mostraram que o MAS pode contar com o voto fiel de 35% do eleitorado, inclusive em um processo

tão complicado como esse (em que a atitude dos eleitores era contrária ao ato de votar em alguém que não conheciam nem queriam conhecer). Já em 21 de fevereiro de 2016, no referendo constitucional – uma eleição muito difícil porque seu desejo de reeleição contrariava a tradição política do país –, o MAS obteve o apoio de 49% dos eleitores. O que ocorreu então com os 14% com que o partido não pôde contar nas eleições judiciais?

O sociólogo Julio Córdova, especialista em opinião pública, defende a hipótese de que esse grupo de eleitores pertence majoritariamente à «classe média baixa». Trata-se de um eleitorado que, embora seja espontaneamente favorável às medidas básicas tomadas pelo MAS, questiona cada vez mais Morales sem que isso o torne simpatizante da oposição. Ele afirma também que é provável que esse grupo explique uma boa parte dos votos em branco nas eleições judiciais, que coincidentemente somaram 15%. Assim, Córdova estabelece uma demografia eleitoral formada por dois polos opostos com aproximadamente 35% dos eleitores cada: 35% de antievistas convencidos, que se confundem com a «classe média típica» ou de mais alta renda; e 35% de evistas convencidos, provenientes quase integralmente da «classe baixa». Além deles, há os 30% da «classe média baixa», que se dividem em dois grupos iguais: 15% dos ex-eleitores de Morales que o abandonaram nas urnas em 2016 e 2017, mas que não são «propriedade» (ou seja,

não são voto duro) da oposição, especialmente se considerarmos que ela provavelmente se apresentará em 2019 em várias versões; e 15% que votaram em Morales em 2016, mas que não são «patrimônio» do MAS, como demonstra sua falta de adesão ao partido no último 3 de dezembro. Algo que o caráter específico dessa eleição certamente facilitou: não devemos nos esquecer de que os candidatos a juízes eram desconhecidos dos eleitores, e a lei não lhes permite fazer campanha proselitista. Em uma eleição semelhante em 2011, os votos nulos e em branco, sem consequências para a reeleição de Morales também se impuseram.

Parece óbvio afirmar que os resultados do sufrágio de 2019 dependerão inteiramente desse grupo de 30% dos eleitores, ou seja, da classe média baixa. O resultado dependerá de: a) se algum grupo da oposição souber atrair os 15% dos antievistas «flexíveis»; e b) se o MAS conseguir reconquistar os 15% dos evistas *soft*, como se diz no jargão do marketing político. Esse fato, a saber, a correlação entre alinhamento político e pertencimento social, que é quase totalmente favorável à situação no terço inferior e quase completamente benéfica à oposição no terço superior, é talvez o que mais caracteriza a conjuntura política boliviana. E tal conjuntura se deve a um grupo de fatores de curto e longo prazos:

- indica que a política governamental, sua ênfase redistributiva e simbologia

reivindicativa têm sido finalmente *pró-pobre*, como aliás correspondia com a extração social do MAS. Mas ela também mostra algo distinto: que a classe média alta, seja por conveniência, formação educacional ou ideologia, é a mais sensível com relação a rupturas da institucionalidade democrática, algo que provavelmente não seja tão importante para os setores populares;

- a polarização social nos permite ver também o que é evidente: quem ganhou e quem perdeu (material e simbolicamente) durante o processo político dirigido por Morales nesses últimos 12 anos;

- e, no amplo cenário histórico, reside uma das consequências da eterna heterogeneidade, da desigualdade de renda e direitos, de grupos sociais e étnicos; uma fratura que torna alguns partidos oligárquicos e outros, para além de seus merecimentos históricos e resultados concretos, porta-vozes da identidade oprimida. Somente essa polarização entre um «nós» e um «eles» é capaz de explicar fenômenos como a continuidade do chavismo no poder, apesar de suas múltiplas falhas e inquestionável autoritarismo, ou que a oposição boliviana tenda a se fechar em um discurso autorreferencial para ser ovacionada nos salões, o que dificulta muito sua capacidade de converter sua maior legitimidade democrática atual em uma maioria operacional como a que necessita para chegar ao poder. ☒